

OS REFUGIADOS ROHINGYA NO BANGLADESH: UM CAMINHO DIFÍCIL PARA A INTEGRAÇÃO, ENTRE PREOCUPAÇÕES HUMANITÁRIAS E DE SEGURANÇA

SHAHANAZ PARVEN

arfin.cu29@gmail.com

Doutoranda do Departamento de Processos Políticos e Análise, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanitárias da Universidade da Amizade Popular da Rússia, Moscovo (Rússia). Está a escrever uma dissertação sobre o tema "Gestão Política da Migração do Bangladesh em Condições Modernas". Os seus interesses científicos incluem a avaliação das políticas públicas demográficas e sociais e o seu impacto previsto sobre a população. Obteve um Bacharelato e um Mestrado em Administração Pública pela Universidade de Chittagong, e tem um segundo Mestrado em Ciência Política pela Universidade Popular da Amizade da Rússia, Moscovo. Fala bangla, inglês, e russo.

Resumo

Neste artigo, analisamos as tensões entre a promoção dos direitos humanos para os refugiados Rohingya no Bangladesh e a segurança do país contra o risco de guerra civil. No quadro teórico dos conflitos etnopolíticos, e da metodologia do modelo de quatro fatores, desenvolvemos uma avaliação de risco para um conflito civil no Bangladesh com base em observáveis comportamentais. A avaliação sugere que alguns direitos humanos, se promovidos, aumentariam os fatores de risco de guerra civil no país anfitrião. Em particular, a resolução do problema da apatridia dos refugiados através da sua integração política no país de acolhimento está ligada a um aumento do risco de conflito civil. A promoção de outros direitos, tais como o acesso à saúde e o direito ao repatriamento, parece diminuir o nível de risco de conflito. Isto permite-nos formular as características desejáveis de uma política de integração que não agrava a instabilidade política do país. As implicações deste estudo à luz da aquisição ilegal de passaportes do Bangladesh por alguns refugiados Rohingya são também discutidas.

Palavras-chave

Instabilidade política, conflito étnico, crise dos refugiados Rohingya, modelo de quatro fatores, direitos dos refugiados

Como citar este artigo

Parven, Shahanaz (2021). Os Refugiados Rohingya no Bangladesh: um caminho difícil para a integração, entre preocupações humanitárias e de segurança. Janus.net, e-journal of international relations. Vol12, Nº. 1, Maio-Outubro 2021. Consultado [online] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.12.1.13>

Artigo recebido em 16 Maio 2020 e aceite para publicação em 30 Outubro 2020





OS REFUGIADOS ROHINGYA NO BANGLADESH: UM CAMINHO DIFÍCIL PARA A INTEGRAÇÃO, ENTRE PREOCUPAÇÕES HUMANITÁRIAS E DE SEGURANÇA¹

SHAHANAZ PARVEN

1. Introdução. A tensão entre a proteção dos direitos humanos dos refugiados Rohingya e a prevenção de conflitos civis no Bangladesh

O Bangladesh é um país que é afetado por um risco significativo de violência política (Chawdhury, 2016). Nos últimos anos, tem havido ataques terroristas frequentes em Dhaka (Mehra, 2016), juntamente com protestos violentos conhecidos como *hartals* (Hossain, 2011); as eleições parlamentares têm sido sistematicamente acompanhadas de violência (Akond *et al.*, 2019), e as alterações climáticas têm tido efeitos desastrosos na terra e na agricultura do país (Islam & van Amstel, 2018). Todos estes são indicadores que sugerem um futuro incerto para a estabilidade da constituição política do Bangladesh (Hassan & Nazneen, 2017). Os fatores endógenos que contribuem para o risco de instabilidade política no país são ainda agravados pela presença de uma crise maciça de refugiados, com origem na reinstalação nas regiões orientais do país por centenas de milhares de Rohingyas que fugiram de Mianmar, e que ascendem agora a cerca de um milhão de indivíduos (IOM, 2018). Desde o início da crise, surgiu uma tensão na discussão científica entre a necessidade de proteger os direitos humanos dos refugiados e o imperativo de preservar a estabilidade de uma região frágil e sobrepovoada (Lim, 2015). Neste contexto, estudamos a relação entre os direitos humanos dos refugiados Rohingya instalados no Bangladesh, e as necessidades de segurança da população residente na região, contra a ameaça iminente de um conflito civil.

A discussão científica sobre os direitos humanos dos Rohingyas teve início muito antes do mais recente genocídio (Brinham, 2012), e continua até hoje (Haar *et al.*, 2019). Esta discussão incidiu, em particular, sobre o direito dos refugiados a serem repatriados na Birmânia e a regressarem às suas casas (Faulkner & Schiffer, 2019). Mas também, o seu direito de acesso à saúde (Mahmood *et al.*, 2017) e estruturas educativas (Prodip, 2017), a proteção contra a discriminação racial (Cheesman, 2017), a sua apatridia tanto em Mianmar (Ahsan Ullah, 2016) como no Bangladesh (Milton *et al.*, 2017), e também a interação entre múltiplos destes direitos em simultâneo (Balazo, 2015). Uma ideia comum na teoria dos direitos humanos (Harvey, 2001) é que deveria ser desejável proteger todos os direitos humanos dos refugiados, uma vez que isso conduziria a um

¹ Artigo traduzido por Cláudia Tavares.



aumento da sua segurança humana (Ogata & Cels, 2003). Esta ideia foi também sugerida para aplicação no caso dos refugiados Rohingya (Adams, 2019). No entanto, argumentamos neste artigo que uma abordagem indiscriminada que não distingue entre classes de direitos humanos e o seu impacto na estabilidade política pode, inadvertidamente, levar a causar mais danos do que benefícios. A determinação sobre se a promoção de qualquer direito humano específico afeta a segurança deve, de facto, ser feita em conformidade com os prognósticos conhecidos de instabilidade política, e considerando então se a melhoria de qualquer direito humano aumenta ou diminui o risco de conflito civil. Embora o raciocínio teórico de Thiessen (2019) sugira que deveria ser possível prevenir o extremismo violento através da promoção dos direitos humanos, veremos contudo que tal ser possível depende, em última análise, dos fatores que afetam a segurança e de que forma.

Para prosseguir a nossa tarefa de pesquisa, vamos primeiro discutir a teoria dos conflitos etnopolíticos, no âmbito da qual foi desenvolvido o modelo que selecionámos para prever conflitos futuros. Em seguida, descreveremos o funcionamento do próprio modelo e como pode ser aplicado para estudar a presença de Rohingyas no Bangladesh. Posteriormente, designaremos quais os indicadores de futuros conflitos civis que seriam modificados pela promoção de direitos humanos específicos. E por último, identificaremos os direitos humanos que podem ser promovidos com segurança sem aumentar o risco de conflitos civis, e os que não podem. Note-se que, no contexto deste artigo, estamos à procura de uma compreensão causal e explicativa do assunto, não seguimos uma abordagem interpretativa ou de Verstehen (Parsons, 1978). A implicação para isto é que ignoraremos todas as características não-comportamentais dos conflitos, e nomeadamente todos os seus aspetos simbólicos, ideológicos, culturais ou de valor (Harrison, 1995). Se aceitarmos esta limitação teórica e este pressuposto metodológico, então podemos tirar algumas conclusões interessantes sobre a relação entre os direitos humanos e a segurança dos Rohingyas e do Bangladesh, como veremos nas próximas secções, pelo que, neste caso, a confiança em métodos comportamentais é justificada.

2. A instabilidade política como a probabilidade de guerra intra-estatal

A diversidade étnica num país pode ser um fator de enriquecimento e pode contribuir para a diversificação cultural da população, mas também pode influenciar negativamente a paz e a unidade política desse mesmo país. A ausência de paz e de unidade política num país corresponde a uma situação de conflito internacional ou civil e está frequentemente associada à ausência de estabilidade política. Na literatura sobre estudos de conflitos, a estabilidade política é normalmente definida como a estabilidade do governo de um determinado país (Raval & Salvi, 2017). No entanto, nem todos concordam com esta definição, tendo sido sugerido que a estabilidade política deve ser considerada como a percepção pela população de "a probabilidade de o governo ser desestabilizado ou derrubado por meios inconstitucionais ou violentos, incluindo a violência doméstica e o terrorismo" (Radu, 2015). Embora concordemos com a utilidade operacional desta declaração, argumentamos que a definição dada acima descreve o otimismo ou confiança da população em relação à continuação do governo e, portanto, uma crença, em vez de um fenómeno físico e social mensurável, como a guerra. Ao equacionar a estabilidade política com a ausência de guerra, deve contudo notar-se que



a paz, a ausência de conflito, é a condição mais comum num Estado, e não a guerra (Levi, 1960). A teoria da paz nos assuntos internacionais sugeriu inicialmente que a paz não é uma coisa, ou a ausência de algo, mas sim um objetivo que deve ser procurado com luta e esforço (Galtung, 2007). A definição de paz entre Estados como uma "guerra negativa", ou a ausência de guerra, só veio mais tarde (Martín, 2005), e levou à consideração teórica de que a estabilidade política, também, é um conceito negativo, no sentido de que representa a ausência de instabilidade política, sem ter qualquer significado em si. Foi subseqüentemente proposto abandonar o conceito de estabilidade política da disciplina dos estudos de conflito, e concentrar-se antes na análise do seu conceito oposto; isto é, o conceito de instabilidade política (Alesina *et al.*, 1996). Outros propuseram, em vez disso, que a estabilidade política exista efetivamente, e que não seja simplesmente uma condição negativa relacionada com a ausência de conflitos intra-estatais (Margolis, 2010); mas acreditamos que as duas palavras, "estabilidade" e "instabilidade", devem referir-se a conceitos que são de natureza oposta, para que a produção científica sobre o assunto não corra o risco de perder consistência interna. No estudo por Alesina *et al.* (1996) a instabilidade política foi definida simplesmente como a propensão para o colapso de um governo, e nesse contexto a estabilidade política seria o seu oposto; ou seja, seria a probabilidade de um governo sobreviver até ao próximo período de tempo. Por outras palavras, a estabilidade política seria definida como a situação normal de "*business-as-usual*".

Para o nosso artigo tomamos uma definição ligeiramente diferente da acima sugerida: instabilidade política de um país é o risco de uma futura guerra civil, ou seja, um conflito intra-estatal, em oposição ao colapso genérico de um governo devido a causas externas. Uma vez que sabemos que a guerra civil é o estatuto menos comum para um Estado, é importante determinar quais são as características associadas ao seu surgimento num determinado país. Estas características são também chamadas de "preditores" de conflitos civis na literatura associada (Couttenier & Soubeyran, 2015), e o modelo que selecionámos para determinar esses preditores, como veremos mais adiante, sugere que muitos deles têm algo a ver com etnia e discriminação.

3. Fatores étnicos que afetam a instabilidade política no Bangladesh

Os Rohingyas no Bangladesh não tiram a sua filiação étnica da diferenciação da sua língua, cultura e valores, dos dos outros grupos étnicos do Bangladesh. Como a população Rohingya no Bangladesh é composta pela maioria dos refugiados, e não pela população histórica residente, só pode ser definida como um grupo étnico em relação às etnias do país do qual se deslocaram nos últimos tempos. Esse país é Myanmar; e nele, a afiliação étnica dos Rohingyas desenvolveu-se e tornou-se uma construção socialmente aceite (Alam, 2018). Acredita-se que a religião desempenhou um papel inicial na formação da identidade étnica dos Rohingyas, que constituiu então a base para a diferenciação linguística e genética da população (Leider, 2018). Contudo, um papel ainda mais importante foi desempenhado pela revogação da cidadania *ex autoritate* do governo de Myanmar, numa tentativa deste último de consolidar a unidade política dos restantes componentes étnicos do país (Alam, 2018). Ao deslocar-se de Myanmar para o Bangladesh nos últimos tempos, a população Rohingya, juntamente com a sua compreensão da sua própria identidade étnica, juntou-se a um sistema étnico pré-



existente como o seu novo membro. Um grupo étnico que teve origem num país diferente, num sistema étnico diferente, foi assim forçosamente importado para o sistema étnico do Bangladesh (Storai, 2018). No Bangladesh, os Rohingyas são um grupo étnico que se distingue da maioria étnica do país, os bangladeshis, porque falam uma língua diferente e porque os seus papéis e regras são diferentes dos das outras componentes étnicas da sociedade (Kipgen, 2019).

Ao fazer a consideração anterior, determinámos portanto que os Rohingyas existem hoje como um grupo étnico no sistema étnico do Bangladesh. Após definirmos a instabilidade política como a probabilidade de um conflito civil num Estado, podemos agora discutir os fatores étnicos que contribuem para a variação dessa probabilidade. A ideia subjacente é que, se existem fatores étnicos que prevêm conflitos civis, estes devem ser aplicados para estudar o impacto da presença dos Rohingyas na probabilidade de conflito civil no Bangladesh. A literatura sugere que a sua presença é uma ameaça potencial para a segurança interna do país (Rahman, 2010), mas não é claro de acordo com que indicadores ou fatores particulares tal julgamento deve ser feito.

A disciplina que é competente para o estudo dos fatores étnicos específicos associados à emergência de conflitos violentos é denominada estudos de conflitos etnopolíticos (Horowitz, 2000), e surgiu nos anos 80 para fundir os vários ramos da sociologia, ciência política e etnografia, que estudavam o assunto de forma independente. Esta teoria já foi aplicada para estudar a relação entre os Rohingyas e as outras comunidades étnicas de Mianmar. (Rahman, 2015). Por conseguinte, podemos alargá-lo para estudar a relação entre os refugiados rohingya e as suas comunidades de acolhimento do Bangladesh, uma vez que a reinstalação dos primeiros com os segundos já dura há vários anos no momento da redação. De acordo com os fundamentos teóricos dessa disciplina, o sistema de relações entre grupos étnicos pode ser dividido em duas categorias principais: sistemas hierarquizados e não hierarquizados (Jenkins, 1987). Os sistemas de classificação caracterizam-se pela presença de hierarquias sociais estratificadas entre as diferentes etnias, de tal forma que a competição entre elas se realiza através da dinâmica de poder e dominação entre grupos. Nos sistemas não hierarquizados, pelo contrário, não existe uma relação hierárquica única entre os vários grupos étnicos presentes num Estado. Cada grupo detém a sua estrutura de liderança, cuja legitimidade para governar é largamente independente do apoio de outros grupos étnicos. De acordo com Horowitz (2000), os sistemas não classificados caracterizam-se também por um nível geralmente mais elevado de estabilidade política do que os classificados. Isto porque, em contraste com os sistemas classificados, os não classificados têm uma competição inter-étnica que se baseia no princípio da inclusão e exclusão, em oposição ao poder e submissão. O sistema étnico do Bangladesh parece caracterizar-se pelo facto de um determinado grupo étnico, o grupo da maioria da população do Bangladesh, ocupar a maior parte das posições de liderança do país (Khan, 1976). Como consequência disto, acreditamos que o sistema étnico do Bangladesh hoje em dia pode ser classificado como um sistema étnico ordenado. As previsões teóricas sugerem portanto que, se reconhecermos o sistema étnico do Bangladesh como um sistema ordenado, este tem uma probabilidade mais elevada do que a média de sofrer conflitos civis.

Outra abordagem ao estudo dos conflitos entre etnias é enquadrar os conflitos étnicos como acontecimentos que ocorrem no processo de formação de um Estado-nação



(Varshney, 2007). Coloca-se então a questão de saber se, em caso de conflito civil, a comunidade Rohingya tentaria ou não estabelecer um Estado-nação étnico, e a previsão teórica sugere que o faria. Existe uma ideologia política que apoia fortemente a necessidade de criar um Estado independente Rohingya, que é chamado "nacionalismo Rakhine" (Zöllner, 2017); acreditamos que a questão da independência nacional dos Rohingyas, e não estritamente religiosa, esteve de facto na base da crise em curso na Birmânia. A opinião de que um nacionalismo Rohingya latente está a causar a atual crise humanitária é também discutida por outros estudiosos, tais como McLaughlin (2015) e Nang (2013), e apoiamos a tese de que a guerra civil em Mianmar é uma guerra pela repressão da aspiração à independência nacional de uma componente étnica da população birmanesa.

A última abordagem teórica e metodológica do problema dos conflitos etnopolíticos que aqui discutimos baseia-se nos paradigmas do positivismo e do comportamentalismo. Neste contexto, acredita-se que os conflitos civis têm causas que não podem ser encontradas nos próprios conflitos; mas sim, que estes conflitos são o resultado de estímulos provenientes do ambiente social, cuja reação conduz à violência. Tal como Barbashin (2008) assinala, "os conflitos sociais são geralmente explicados ou como reações ao estímulo social, externas ao ator ou em ligação com as necessidades psicológicas ou materiais individuais". Aceitamos esta afirmação teórica e, portanto, assumimos para a parte empírica deste artigo que os fatores relacionados com a futura emergência de um conflito étnico num país têm de ser encontrados não no próprio conflito, mas em estímulos externos aos atores do conflito. Ou seja, de estímulos externos às fações em conflito no conflito futuro. Ao dizermos isto, podemos agora analisar o modelo que selecionámos para extrair os preditores do conflito civil no Bangladesh, e ver como a promoção dos direitos humanos dos refugiados Rohingya pode afetar o risco de conflito civil.

4. A crise dos refugiados Rohingya e o aumento do risco de instabilidade política

Depois de determinarmos que, de acordo com a nossa atual compreensão teórica da emergência de conflitos étnicos, os fatores que os provocam devem ser encontrados no ambiente social onde vivem os atores do conflito, a nossa tarefa é então deslocada para a determinação dos próprios preditores. Esta determinação já foi feita empiricamente por outros, e aqui descreveremos brevemente o modelo com melhor desempenho, na sua aplicação ao Bangladesh. Foram feitas várias tentativas no passado para encontrar as variáveis sociais que melhor prevêm a emergência de um futuro conflito civil, tais como as que foram conduzidas por Stewart *et al.* (2002) e Hegre *et al.* (2013). Após verificação empírica dos dados mundiais relacionados com os recentes conflitos civis, a determinação dos preditores mais importantes foi contudo feita e verificada empiricamente. Um certo modelo estatístico desenvolvido por Goldstone *et al.* (2010) provou ser o melhor preditor de futuros conflitos civis, e esse modelo utiliza quatro preditores. Este modelo já foi aplicado com sucesso no passado para realizar avaliações de segurança com respeito específico aos Rohingyas (Cook *et al.*, 2011, Hangzo & Gong, 2013), e também para o Bangladesh (Shallcross & Ahner, 2016), independentemente. Assim, consideramos



apropriado utilizá-lo para estimar o peso da presença dos Rohingyas no Bangladesh, no que diz respeito ao risco de conflito civil. Os quatro preditores são:

- 1) Nível de mortalidade infantil.
- 2) Localização do regime político na tipologia "liberal democrático-autoritário".
- 3) Presença de violência entre forças estatais e grupos étnicos locais.
- 4) Presença de conflitos nos países vizinhos.

Para determinar como a presença dos refugiados Rohingya no Bangladesh afeta a instabilidade política do país e, portanto, a probabilidade de um futuro conflito civil, podemos agora julgar se a promoção de alguns direitos humanos dos Rohingyas aumenta ou não o valor de cada um dos quatro preditores. A previsão teórica que se poderia fazer, seguindo a teoria segundo a qual os direitos humanos promovem a segurança humana (Benedek, 2008), é que a promoção de todos os direitos humanos deve ser correlacionada com uma diminuição do nível de risco, tal como calculado de acordo com este modelo. Para testar esta teoria, analisaremos cada um destes fatores individualmente, para ver se existem direitos humanos particulares dos refugiados Rohingya que, ao serem promovidos, contribuiriam positivamente, e não negativamente, para o aumento do risco de conflito civil no Bangladesh.

4.1. Nível de mortalidade infantil

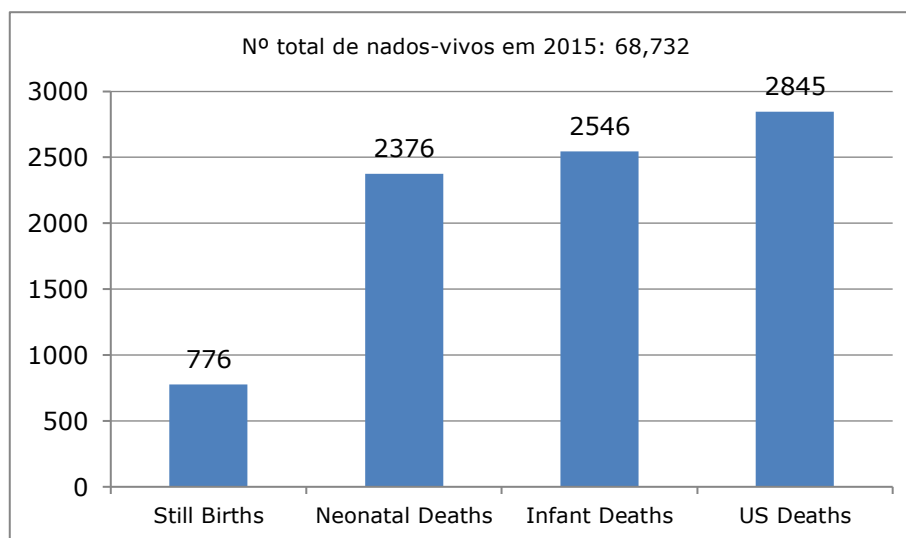
Em primeiro lugar, deve notar-se que o nível geral de mortalidade infantil e de menores de cinco anos entre a população do Bangladesh tem vindo a diminuir nos últimos anos (Unicef, 2015). Isto deve-se principalmente à melhoria do sistema de saúde do país, e à melhoria das condições higiénicas da população local (Islam & Biswas, 2014). Em contraste com isto, os refugiados Rohingya têm um acesso significativamente pior aos cuidados de saúde e à higiene (Islam & Nuzhath, 2018), e, por conseguinte, as suas condições de saúde são motivo de preocupação. No contexto deste artigo, assumimos que a população Rohingya contribui para este fator de risco se o nível de mortalidade infantil entre eles durante um determinado ano for superior ao nível médio correspondente da população do Bangladesh durante esse mesmo ano. A fim de verificar esta hipótese, podemos observar os dados disponíveis sobre o nível de mortalidade infantil dos residentes gerais do Bangladesh, e compará-los com os disponíveis para a população Rohingya, o que representa uma amostra não aleatória dos residentes gerais do país.

A autoridade competente para a recolha e divulgação das figuras relacionadas com este assunto é o Cirurgião Geral de Cox's Bazar. Embora nem todo o Bazar de Cox's seja povoado por Rohingyas, eles constituem de facto a maior parte da população local (Bhatia *et al.*, 2018), e, por conseguinte, todos os fenómenos médicos que afetam os Rohingyas aí residentes são suscetíveis de ter impacto nos dados agregados relacionados com esse distrito. Só conseguimos encontrar números relacionados com o nível de mortalidade infantil para Cox's Bazar em 2015 (Chaw Nu, 2016), pois parece que os Boletins de Saúde



Local para outros anos ou não existem ou não são acessíveis. Relatamos aqui o quadro contido no Boletim de Saúde Local para janeiro - dezembro de 2015.

Figura 1. Mortalidade infantil no Bangladesh



Fonte: (Chaw Nu, 2016). Figura desenhada pela autora

O nível de mortalidade de menores de 5 anos em Cox's Bazar em 2015 foi de 41,4, em cada 1000 nascidos vivos. Nesse ano, a média nacional de mortalidade infantil foi de 36,4 (Unicef, 2015), o que significa que o nível de mortalidade infantil em Cox's Bazar foi significativamente mais elevado do que o de todo o país. A partir daqui, podemos concluir que a presença dos Rohingya no Bangladesh contribui para aumentar o peso do primeiro preditor conhecido de conflitos civis. Os números estão ausentes durante outros anos para além de 2015, pelo que será necessário aprofundar a investigação para determinar se esta é uma ocorrência única ou uma característica longitudinal da presença dos Rohingya no Bangladesh.

Da análise dos dados associados a este fator, conclui-se que a promoção do direito de acesso à saúde da população Rohingya, e em particular dos seus filhos, afetaria o nível de risco de conflito civil para o Bangladesh, no sentido de que o diminuiria. Parece assim que a diminuição do nível de mortalidade infantil entre os Rohingya poderia ser uma política desejável, não só em si mesma, mas também para promover a estabilidade política da região.

4.2. Classificação do regime sobre a tipologia "democrático-autocrático"

O segundo preditor conhecido de futuros conflitos civis é a classificação do regime político do país no eixo "democrático-autocrático". Mais especificamente, acredita-se que quanto



menos extrema for a posição de um país nesse eixo, maior é a probabilidade de um país vir a sofrer uma guerra civil no futuro. Para realizar esta classificação, o conjunto de dados Polity IV é normalmente utilizado (Marshall *et al.*, 2011). A informação nele relatada está disponível até 2013, pelo que não é utilizada para determinar o atual nível de risco associado à presença dos Rohingya, sob este indicador específico. Podemos, contudo, estudar como é formulada a pontuação Polity, para determinar se a crise dos refugiados pode, em princípio, influenciar a sua variação numa direção ou noutra. Embora a discussão do procedimento completo para a atribuição da pontuação de Polity a cada país esteja fora do âmbito do presente artigo, queremos contudo notar que nenhum dos fatores utilizados é atualmente afetado pela presença dos Rohingya. Isto acontece porque, a partir de hoje, os refugiados têm uma integração política limitada no Bangladesh (Milton *et al.*, 2017). Embora a discussão do procedimento completo para a atribuição da pontuação de Polity a cada país esteja fora do âmbito do presente artigo, queremos contudo notar que nenhum dos fatores utilizados é atualmente afetado pela presença dos Rohingya. Isto acontece porque, a partir de hoje, os refugiados têm uma integração política limitada no Bangladesh.

O argumento sobre como a integração política afetaria a pontuação Polity funciona desta forma. As minorias étnicas no Bangladesh têm geralmente menos acesso a cargos públicos do que os étnicos do Bangladesh (Barua, 2010). Caso os Rohingya sejam integrados no círculo eleitoral político do país, é de esperar que o recrutamento de executivos se torne mais restritivo, no sentido de que uma fração proporcionalmente maior da população não teria acesso a ele. Os dois indicadores *Competitividade do Recrutamento de Executivos* e *Competitividade da Participação Política*, utilizados na Política para determinar a pontuação do país, são suscetíveis de ser mais orientados para o autoritarismo. Isto conduziria a um reforço global dos fatores associados ao autoritarismo e a um subsequente afastamento dos dois polos estáveis das democracias liberais ou sistemas autoritários, em comparação com os últimos números disponíveis. A razão pela qual este fator afeta os direitos humanos é que uma solução para o problema da apatridia dos Rohingya é dar-lhes passaportes do Bangladesh, e veremos na discussão no final deste artigo que isto já está a acontecer. Caso se integrem no círculo eleitoral político do Bangladesh, espera-se que não possam aceder aos cargos públicos, pelo que este indicador de risco aumentaria.

4.3. Tensões étnicas entre minorias e forças estatais

O terceiro preditor conhecido de conflitos civis é o nível de tensões entre o Estado e as minorias étnicas do país. Por nível de tensão, entendemos aqui a perceção ou presença de discriminação económica ou política patrocinada pelo Estado contra uma minoria (West, 2005). Em conformidade com o conjunto de dados utilizado para dar valores a este preditor (Gurr, 1995), a minoria Rohingya, juntamente com a Bihari, é considerada em risco de iniciar um conflito futuro, na medida em que se apercebe de estar sujeita a discriminação política ou económica. Em vez disso, as Tribos Chittagong Hill e os hindus, que são as duas outras minorias reconhecidas no país, não são afetadas por esta. A razão pela qual esta consideração é importante é que a minoria Rohingya, mas não as outras minorias do país, tem um grupo armado capaz de apoiar a população nos confrontos com as forças governamentais (Bashar, 2017). De acordo com este preditor em particular,



parece, portanto, que a presença dos Rohingyas no Bangladesh está a contribuir para o aumento do nível de risco de conflito civil, devido à discriminação real ou percebida dos Rohingyas pelo Estado (Ullah, 2011). A razão pela qual os Rohingyas não estão incluídos entre as minorias étnicas adequadas do Bangladesh é que não têm cidadania, mas se isto ocorrer, então todas as outras condições para este modelo seriam satisfeitas, e este fator aplicar-se-ia a eles.

É ainda discutível que a questão da discriminação política percebida não pode ser resolvida facilmente, como políticas oficiais para a inclusão dos Rohingyas na comunidade política do Bangladesh, uma vez que se espera que os Rohingyas permaneçam apátridas no futuro próximo (Kiragu *et al.*, 2011). Ora, afirmamos acima que se os Rohingyas não são cidadãos do Bangladesh, então o problema da discriminação política contra eles não se aplica. Aplicar-se-ia, contudo, se os direitos políticos fossem concedidos aos Rohingyas através de medidas de integração, tais como a concessão de cidadania, ou a concessão de autorizações de residência que permitissem aos refugiados votar nas eleições locais. Porque as medidas de integração política são variadas e complexas, e porque o seu estudo está fora do âmbito deste artigo, vamos comprimir o problema de uma forma que o torne tratável sob o nosso raciocínio teórico. Ou seja, consideramos apenas a integração política que se processa através da cidadania. Isto porque, de fato, os passaportes do Bangladesh estão a ser adquiridos por um número significativo de refugiados Rohingya, o que leva pelo menos uma parte da população refugiada a ter acesso a direitos políticos. Mais sobre isto na última secção deste artigo, dentro das conclusões.

No entanto, a discriminação económica pode, em princípio, ser resolúvel se forem encontradas atividades económicas específicas, adequadas para os refugiados. De facto, parece que, a partir de hoje, a integração económica dos Rohingyas no Bangladesh não é possível, principalmente porque a legislação a proíbe (Crabtree, 2010). Os refugiados Rohingya estão especialmente envolvidos em atividades a nível de sustento, e não podem exercer atividades económicas legais devido à falta de autorizações de trabalho e vistos, mas estes poderiam, em princípio, ser autorizados sem a concessão de direitos políticos.

4.4. Presença de outros conflitos na mesma região

O Sudeste Asiático é uma região do mundo geralmente caracterizada por conflitos (Snitwongse & Thompson, 2005). Diferentes autores teriam, contudo, diferentes definições de quais os países que se encontram em estado de conflito e quais os que não se encontram, pelo que o modelo utiliza exclusivamente os dados contidos num determinado conjunto de dados. No modelo que utilizamos, um país é considerado em risco de conflito se quatro ou mais países da mesma vizinhança já estiverem em conflito. Esta variável binária é estimada com base na informação contida no conjunto de dados dos Episódios Principais de Violência Política (Marshall & Cole, 2016). Os vizinhos do Bangladesh que vivem conflitos internos são o Paquistão, a Índia, Mianmar, o Afeganistão. Estes Estados são quatro e, portanto, de acordo com o modelo que estamos a utilizar, têm uma probabilidade mais elevada do que a média de futuros conflitos civis no Bangladesh. Pode ser imediatamente demonstrado que um deles, Mianmar, está presente no conjunto de dados exatamente pela mesma razão pela qual os Rohingyas



também estão presentes no Bangladesh: ou seja, devido ao conflito em curso naquele país. Em consequência disto, este preditor de conflito civil será relevante enquanto o conflito em Mianmar persistir. A questão é então se o conflito em Mianmar continuará ou não no futuro, e se a presença dos Rohingyas no Bangladesh está ligada à continuação do conflito naquele país. Parece ser este o caso, e foi sugerido por Parnini (2013) que o fim da guerra pode não ser possível sem o repatriamento dos Rohingyas. Estudos realizados por Kipgen (2015) associam a presença contínua dos Rohingyas no Bangladesh ao processo de democratização em Mianmar, e este processo parece também ser afetado por fatores externos (Kuok, 2014), que não podem ser reduzidos à natureza dos assuntos internos ou das relações bilaterais entre o Bangladesh e Mianmar. Resta, portanto, ver como este preditor irá mudar no futuro; a partir de hoje, parece que, obviamente, a presença dos Rohingyas no Bangladesh está relacionada com o conflito em Mianmar e, portanto, com o número de conflitos na região. A promoção do direito dos Rohingyas ao repatriamento em Mianmar deve ser uma política que diminua o nível de risco de instabilidade política para o Bangladesh, embora, de acordo com este modelo de avaliação de riscos.

4.5. Direitos humanos e instabilidade política

Podemos agora fazer a soma da análise escrita acima e determinar quais os direitos humanos dos refugiados Rohingya que podem ser promovidos com um impacto positivo na estabilidade política da região. Apresentamos o quadro abaixo como um resumo deste estudo.

Tabela 1 - Características de uma política de integração que não aumenta a instabilidade política

Preditor de conflito civil	Direitos humanos associados	Pode ser promovido sem aumentar o risco de conflito civil?
Mortalidade infantil dos Rohingyas	Acesso à saúde	Sim
Estabilidade do regime político do Bangladesh (democracia-autocracia)	Nacionalidade através da cidadania do Bangladesh	Não
Tensões étnicas entre o governo e as minorias	Nacionalidade através da cidadania do Bangladesh	Não
Presença de conflitos na região	Repatriamento dos refugiados	Sim

A análise mostra que a promoção indiscriminada de todos os direitos humanos de uma população refugiada pode não funcionar se se incluírem considerações relacionadas com a estabilidade política do país onde os refugiados residem.

4.6. Um caso sombra. Integração dos refugiados afegãos no Paquistão

As considerações que fizemos até agora sugerem que uma política de integração que promova o acesso à saúde e não promova a integração política dos refugiados, deve ter um impacto positivo na estabilidade política do país. Podemos agora estudar brevemente como esta ideia se aplica a um caso análogo ao dos refugiados Rohingya no Bangladesh: o dos refugiados afegãos no Paquistão. Os dois casos são suficientemente semelhantes,



na medida em que estão ambos localizados na mesma região geográfica, e caracterizam-se ambos por um afluxo de refugiados ao país vizinho, como consequência de um conflito no país de origem. São também diferentes, na medida em que a composição étnica dos refugiados afegãos é mais diversificada do que a composição étnica dos Rohingya; além disso, os últimos, mas não os primeiros, têm fugido de um genocídio que visou a sua etnicidade particular, o que pode limitar a possibilidade de comparar os dois casos. Se, no entanto, nos concentrarmos nas semelhanças e descartarmos as diferenças, podemos ver quais são as características da política de integração para os refugiados afegãos no Paquistão, e observar se estão em conformidade com as características que descrevemos na secção anterior.

Relativamente à saúde, o governo paquistanês criou as chamadas unidades básicas de saúde, responsáveis pela prestação de serviços de saúde aos refugiados afegãos (Malik *et al.*, 2019). Isto pode estar relacionado com o impacto negativo que a presença de refugiados afegãos teve no perfil epidemiológico de doenças infecciosas no Paquistão, tais como a malária (Jawaid *et al.*, 2008). Contudo, sugere que o acesso à saúde pelos refugiados afegãos é geralmente promovido.

Relativamente à identidade política e, por conseguinte, ao acesso aos direitos políticos no Paquistão, um estudo de Kronenfeld (2008) sugere que "a maioria dos afegãos atualmente residentes no Paquistão nasceram lá", mas que isto não lhes confere direitos políticos, porque "os filhos dos refugiados são considerados refugiados e não têm cidadania paquistanesa" (p.49). Isto sugere que a integração política dos refugiados afegãos no Paquistão é limitada.

Preliminarmente, portanto, observamos no Paquistão uma política de integração dos refugiados análoga à que, de acordo com o nosso modelo, deveria favorecer a estabilidade política. Além disso, a literatura que contém avaliações de risco para a estabilidade política do Paquistão (Tabassam *et al.*, 2016) não contém menções dos riscos decorrentes da presença de refugiados afegãos no Paquistão, se não indiretamente como consequência das condições económicas gerais que afetam indiscriminadamente toda a população residente. Se utilizarmos o caso dos refugiados afegãos no Paquistão como um banco de ensaio para a hipótese que formulámos neste artigo, observamos que foi adotada uma política de integração que possui características como a que estudámos aqui para o Paquistão. Observamos também que as avaliações de risco para o país não contêm menções da instabilidade política potencialmente decorrente da presença dos refugiados. Isto sugere que a linha de raciocínio proposta neste artigo pode ser generalizável a outros casos para além dos refugiados Rohingya no Bangladesh, desde que sejam também adoptados outros pressupostos, nomeadamente os relativos à composição étnica dos refugiados.

5. Conclusões. A promoção indiscriminada de todos os direitos humanos pode não ser necessariamente boa, se as considerações sobre a estabilidade política também forem tidas em conta

Neste artigo, analisámos os fatores de risco associados à presença da população de refugiados Rohingya no Bangladesh. Após definir a instabilidade política como a presença de um conflito civil, e após discutir as suas causas teóricas gerais, e também após



analisar o modelo de melhor desempenho para a sua previsão, estudámos como os fatores de risco conhecidos de conflito civil são afetados por medidas de promoção dos direitos dos refugiados. Das nossas conclusões, parece que o acesso à saúde e ao repatriamento dos refugiados poderia ser geralmente promovido, uma vez que teria um impacto positivo na estabilidade do território; mas a concessão de direitos políticos através da nacionalidade do Bangladesh não pode. Isto permite-nos sugerir que, embora a promoção dos direitos humanos seja um objetivo importante, a promoção daqueles que se espera que iniciem guerras é indesejável. Afinal de contas, os direitos humanos não são úteis se se estiver morto.

Porque é que tudo isto é importante? A razão pela qual as considerações que aqui fazemos são particularmente importantes é que os direitos políticos são de facto concedidos hoje (Chakraborty, 2018; The Straits Times, 2019; The Business Standard, 2020). Os estrangeiros podem adquirir passaportes do Bangladesh por meios ilegais, e através dos passaportes, adquirem também direitos políticos. Isto é um problema não só porque é um crime, mas também porque é uma prática que, se continuar a alastrar, pode afetar o risco de guerra civil. De acordo com o quadro teórico acima definido, a inclusão dos Rohingyas no círculo eleitoral político do Bangladesh irá previsivelmente aumentar o risco de conflito civil no país. Se forem vistos no futuro sinais de mobilização política dos refugiados Rohingya que adquiriram os passaportes do Bangladesh, isto deve ser considerado como um forte indício de que o risco de conflito civil no país está a aumentar, de acordo com as previsões teóricas do modelo que seguimos. Neste contexto particular, a continuação da apatridia dos refugiados poderá ser uma opção mais desejável do que a nacionalidade através do passaporte do Bangladesh. Por outro lado, porém, a promoção dos direitos relacionados com a saúde pode ser prosseguida com segurança; porque, como o modelo sugere, se a mortalidade infantil diminuir, o risco de conflito civil também diminuiria. Uma consideração semelhante é também válida para o repatriamento dos Rohingyas que, se as condições políticas em Mianmar o permitissem, poderia ser prosseguida com um impacto positivo na estabilidade do Bangladesh e, por conseguinte, da região. O desenvolvimento teórico geral sobre o debate sobre direitos humanos e segurança que propomos com este artigo é o seguinte. Quando uma dada situação de refugiados está a ser estudada, e quando a presença dos Rohingyas no Bangladesh está a ser estudada em particular, nem todos os direitos humanos podem ser promovidos igualmente, e a promoção de alguns deles pode acabar por causar mais danos do que benefícios.

Referências

- Adams, S. (2019). 'If Not Now, When?': The Responsibility to Protect, the Fate of the Rohingya, and the Future of Human Rights. *The Responsibility to Protect, the Fate of the Rohingya, and the Future of Human Rights* (20 Janeiro, 2019).
- Ahsan Ullah, A. (2016). Rohingya crisis in Myanmar: Seeking justice for the "stateless". *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 32, 285-301.
- Akond, A., Hasan, M. & Hossain, M. Z. (2019). Parliamentary Election and Political Violence in Bangladesh. *JL Pol'y & Globalization*, 89, 81.



- Alam, J. (2018). The Rohingya of Myanmar: theoretical significance of the minority status. *Asian Ethnicity*, 19, 180-210.
- Alesina, A., Özler, S., Roubini, N. & Swagel, P. (1996). Political instability and economic growth. *Journal of Economic growth*, 1, 189-211.
- Balazo, P. (2015). Truth & Rights: Statelessness, Human Rights, and the Rohingya. *Undercurrent*, 11.
- Barbashin, M. (2008). Methodological Foundations of Ethnopolitical Conflict Studies. *Peace and Conflict Review*, 2, 1-10.
- Barua, B. P. (2010). Ethnic minorities, indigenous knowledge, and livelihoods: Struggle for survival in Southeastern Bangladesh. *Indigenous Knowledge and Learning in Asia/Pacific and Africa*. Springer.
- Bashar, I. (2017). Exploitation of the Rohingya Crisis by Jihadist Groups: Implications for Bangladesh's Internal Security. *Counter Terrorist Trends and Analyses*, 9, 5-7.
- Benedek, W. (2008). Human security and human rights interaction. *International Social Science Journal*, 59, 7-17.
- Bhatia, A., Mahmud, A., Fuller, A., Shin, R., Rahman, A., Shatil, T., Sultana, M., Morshed, K. M., Leaning, J. & Balsari, S. (2018). The Rohingya in Cox's Bazar: when the stateless seek refuge. *Health and human rights*, 20, 105.
- Brinham, N. (2012). The conveniently forgotten human rights of the Rohingya. *Forced Migration Review*.
- Chakraborty, M. (2018). Rohingya in Bangladesh and India and the media planet. *The Rohingya in South Asia*. Routledge India.
- Chaw Nu, P. (2016). Health Bulletin. Cox's Bazar: Ministry of Health and Family Welfare of Bangladesh, Cox's Bazar Civil Surgeon Office.
- Chawdhury, J. (2016). Political instability a major obstacle to economic growth in Bangladesh.
- Cheesman, N. (2017). How in Myanmar "national races" came to surpass citizenship and exclude Rohingya. *Journal of Contemporary Asia*, 47, 461-483.
- Cook, A. D. B., Gong, L. & Kaur, M. (2011). Applying the ethnic rebellion model and risk assessment model to conflict in Myanmar.
- Couttenier, M. & Soubeyran, R. (2015). A survey of the causes of civil conflicts: natural factors and economic conditions. *Revue d'économie politique*, 125, 787-810.
- Crabtree, K. (2010). Economic challenges and coping mechanisms in protracted displacement: A case study of the Rohingya refugees in Bangladesh. *Journal of Muslim Mental Health*, 5, 41-58.
- Faulkner, C. & Schiffer, S. (2019). Unwelcomed? The Effects of Statelessness on Involuntary Refugee Repatriation in Bangladesh and Myanmar. *The Round Table*, 108, 145-158.



- Galtung, J. (2007). Introduction: peace by peaceful conflict transformation—the Transcend approach. *Handbook of peace and conflict studies*. Routledge.
- Goldstone, J. A., Bates, R. H., Epstein, D. L., Gurr, T. R., Lustik, M. B., Marshall, M. G., Ulfelder, J. & Woodward, M. (2010). A global model for forecasting political instability. *American Journal of Political Science*, 54, 190-208.
- Gurr, T. R. (1995). Minorities at risk- a global view of ethnopolitical conflicts. United States Institute of Peace Press, Arlington, VA 22210(USA). 1995.
- Haar, R. J., Wang, K., Venters, H., Salonen, S., Patel, R., Nelson, T., Mishori, R. & Parmar, P. K. (2019). Documentation of human rights abuses among Rohingya refugees from Myanmar. *Conflict and health*, 13, 42.
- Hangzo, P. K. K. & Gong, L. (2013). Internal Conflict. *Non-Traditional Security in Asia: Issues, Challenges and Framework for Action*, 11, 118.
- Harrison, S. (1995). Four types of symbolic conflict. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 255-272.
- Harvey, C. J. (2001). Refugees, Rights, and Human Security. *Refuge: Canada's Journal on Refugees*, 94-99.
- Hassan, M. & Nazneen, S. (2017). Violence and the breakdown of the political settlement: an uncertain future for Bangladesh? *Conflict, Security & Development*, 17, 205-223.
- Hegre, H., Karlsen, J., Nygård, H. M., Strand, H. & Urdal, H. (2013). Predicting armed conflict, 2010–2050. *International Studies Quarterly*, 57, 250-270.
- Horowitz, D. L. (2000). *Ethnic groups in conflict, updated edition with a new preface*, Univ of California Press.
- Hossain, N. (2011). The significance of unruly politics in Bangladesh. BRAC University Institute of Governance Studies 40 Years conference, Dhaka, Bangladesh, 26-28.
- IOM 2018. Needs and Population Monitoring (NPM) Site Assessment: Round 11.
- Islam, A. & Biswas, T. (2014). Health system in Bangladesh: Challenges and opportunities. *American Journal of Health Research*, 2, 366-374.
- Islam, M. M. & Nuzhath, T. (2018). Health risks of Rohingya refugee population in Bangladesh: a call for global attention. *Journal of global health*, 8.
- Islam, M. N. & Van Amstel, A. (2018). *Bangladesh I: climate change impacts, mitigation and adaptation in developing countries*, Springer.
- Jawaid, A., Zafar, A. M. & Mahmood, S. F. (2008). Impact of Afghan refugees on the infectious disease profile of Pakistan: beyond economy. *International Journal of Infectious Diseases*, 12, e131-e132.
- Jenkins, R. (1987). The Politics of Ethnicity-Donald L. Horowitz, *Ethnic Groups in Conflict*, Berkeley, University of California Press, 1985, xiv+ 697 pp.,£ 21.25. *Government and Opposition*, 22, 251-256.
- Khan, Z. R. (1976). Leadership, parties and politics in Bangladesh. *Western Political Quarterly*, 29, 102-125.



- Kipgen, N. (2015). *Democratisation of Myanmar*, Routledge.
- Kipgen, N. (2019). The Rohingya crisis: The centrality of identity and citizenship. *Journal of Muslim Minority Affairs*, 39, 61-74.
- Kiragu, E., Rosi, A. L. & Morris, T. (2011). States of denial: A review of UNHCR's response to the protracted situation of stateless Rohingya refugees in Bangladesh. *Policy Dev. Eval. Serv. UNHCR*.
- Kronenfeld, D. A. (2008). Afghan refugees in Pakistan: not all refugees, not always in Pakistan, not necessarily Afghan? *Journal of Refugee Studies*, 21, 43-63.
- Kuok, L. (2014). *Promoting peace in Myanmar: US interests and role*, Rowman & Littlefield.
- Leider, J. (2018). Rohingya: The history of a Muslim identity in Myanmar. *Oxford Research Encyclopedia of Asian History*.
- Levi, W. (1960). On the causes of war and the conditions of peace. *Journal of Conflict Resolution*, 4, 411-420.
- Lim, A. C.-H. (2015). The 2015 Refugee Boat Crisis in Southeast Asia: Humanitarian and Security Implications—Analysis. *Eurasia Review*, 18, 2015.
- Mahmood, S. S., Wroe, E., Fuller, A. & Leaning, J. (2017). The Rohingya people of Myanmar: health, human rights, and identity. *The Lancet*, 389, 1841-1850.
- Malik, M. S., Afzal, M., Farid, A., Khan, F. U., Mirza, B. & Waheed, M. T. (2019). Disease status of Afghan refugees and migrants in Pakistan. *Frontiers in Public Health*, 7, 185.
- Margolis, J. E. (2010). Understanding political stability and instability. *Civil Wars*, 12, 326-345.
- Marshall, M. G. & Cole, B. R. (2016). State fragility index and matrix 1995–2015.
- Marshall, M. G., Gurr, T. R. & Jaggers, K. (2011). Center for Systemic Peace. *Polity IV Project*.
- Martín, F. E. (2005). Critical analysis of the concept of peace in international relations. *Peace Research*, 37, 45-59.
- McLaughlin, T. (2015). Rising Rakhine party looming threat to Myanmar's Muslim minority. *Reuters*.
- Mehra, T. (2016). icct Report, December 2016: Foreign Terrorist Fighters: Trends, Policy Responses and Human Right Implications. *Security and Human Rights*, 27, 148-186.
- Milton, A. H., Rahman, M., Hussain, S., Jindal, C., Choudhury, S., Akter, S., Ferdousi, S., Mouly, T. A., Hall, J. & Efird, J. T. (2017). Trapped in statelessness: Rohingya refugees in Bangladesh. *International journal of environmental research and public health*, 14, 942.
- Nang, M. N. (2013). Newly Formed Rakhine National Party Appoints Leadership. *Democratic Voice of Burma*, 8/10/2013.



- Ogata, S. & Cels, J. (2003). Human security—Protecting and empowering the people. *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, 9, 273-282.
- Parnini, S. N. (2013). The crisis of the Rohingya as a Muslim minority in Myanmar and bilateral relations with Bangladesh. *Journal of Muslim minority affairs*, 33, 281-297.
- Parsons, A. S. (1978). Interpretive sociology: the theoretical significance of Verstehen in the constitution of social reality. *Human Studies*, 1, 111-137.
- Prodip, M. A. (2017). Health and educational status of Rohingya refugee children in Bangladesh. *Journal of Population and Social Studies [JPSS]*, 25, 135-146.
- Radu, M. (2015). Political stability—a condition for sustainable growth in Romania? *Procedia Economics and Finance*, 30, 751-757.
- Rahman, K. A. (2015). Ethno-political conflict: The Rohingya vulnerability in Myanmar. *International Journal of Humanities and Social Science Studies*, 2, 288-95.
- Rahman, U. (2010). The Rohingya refugee: A security dilemma for Bangladesh. *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, 8, 233-239.
- Raval, S. & Salvi, P. (2017). Political Stability and Economic Growth: Reflections on Indian Economy. *Manthan: Journal of Commerce and Management*, 4, 65-81.
- Shallcross, N. J. & Ahner, D. K. (2016). A Conditional Logistic Regression Predictive Model of World Conflict using Open Source Data. Wright-Patterson AFC: Air Force Institute of Technology.
- Snitwongse, K. & Thompson, W. S. (2005). *Ethnic Conflicts in Southeast Asia*, Institute of Southeast Asian Studies.
- Stewart, F., Holdstock, D. & Jarquin, A. (2002). Root causes of violent conflict in developing countries: Commentary: Conflict—from causes to prevention? *bmj*, 324, 342-345.
- Storai, Y. (2018). Systematic Ethnic Cleansing: The Case Study of Rohingya. *Arts and Social Sciences Journal*, 9.
- Tabassam, A. H., Hashmi, S. H. & Rehman, F. U. (2016). Nexus between political instability and economic growth in Pakistan. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 230, 325-334.
- The Business Standard. (2020). Rab detains travel agency owner for birth certificate forgery. *The Business Standard*.
- The Straits Times. (2019). How did Rohingyas get Bangladeshi passports?: The Daily Star. *The Straits Times*.
- Thiessen, C. (2019). Preventing Violent Extremism While Promoting Human Rights: Toward a Clarified UN Approach.
- Ullah, A. A. (2011). Rohingya refugees to Bangladesh: Historical exclusions and contemporary marginalization. *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, 9, 139-161.



UNICEF (2015). UN inter-agency group for child mortality estimation. *Levels and trends in child mortality*.

Varshney, A. (2007). Ethnicity and ethnic conflict. *The Oxford handbook of comparative politics*, 274-294.

West, P. (2005). The poverty of multiculturalism. *Studies: An Irish Quarterly Review*, 94, 151-158.

Zöllner, H.-B. (2017). Caught between the Crocodile and the Snake. Contexts of the 'Rohingya issue'. University of Windsor, Universiti Sains Malaysia and Berghof Foundation.